



Anais da Assembléia

Nº 112

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA SESSÃO SOLENE DE ENTREGA DO TÍTULO DE CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, AO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROFESSOR EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO

REALIZADA EM 19 DE OUTUBRO DE 1982

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Lineu Turra.

Às 15:00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Squarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Antônio Cotrim, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Chierigate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nilton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Rosário Pitelli, Romero Filho, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes, presentes inúmeras autoridades civis, militares e eclesiásticas, e demais convidados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Sob a proteção de Deus, declaro aberta a Sessão Solene em que receberá o título de Cidadão Honorário do Paraná o Sr. Professor EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO.

Para receber e acompanhar até este recinto Sua Excelência o Sr. Dr. José Hosken de Novaes, DD. Governador do Estado e homenageado, designo uma Comissão integrada pelos Srs. Deputados Rosário Pitelli, José Domingos e Lineu Turra.

Está suspensa a sessão por alguns instantes até a chegada de Suas Excelências.

(É suspensa a sessão).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está reaberta a sessão.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a composição da Mesa:

Excelentíssimo Sr. Dr. José Hosken de Novaes, Governador do Estado; Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceu Machado, representante de Sua Excelência o Sr. Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão, Cidadão Honorário do Paraná; Excelentíssimo Sr. Nereu José Teixeira, representante de Sua Excelência o Sr. Dr. Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Sr. Professor José Munhoz de Mello, representante de Sua Excelência o Sr. Professor Alcyr Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Augusto de Oliveira Carneiro, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Lineu Turra, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional, executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

(É executado o Hino Nacional).

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê o Diploma):

“REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
TÍTULO DE CIDADANIA HONORÁRIA

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Solicito do Sr. 1.º Secretário a leitura dos termos do Diploma de “Cidadão Honorário do Paraná”, com que foi agraciado o Sr. Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão.

Os Poderes constituídos do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei n.º 7591, de 13 de maio de 1982, conferem ao Excelentíssimo Sr. Professor EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO, o Título de Cidadão Honorário do Paraná, para o que mandaram expedir o presente Diploma.

Curitiba, em 19 de outubro de 1982.

(aa) HELIANTHO GUIMARÃES CAMARGO

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado

JOSÉ HOSKEN DE NOVAES

Governador do Estado

JOÃO MANSUR

Presidente da Assembléia Legislativa”.

O SR. GOVERNADOR — (Faz entrega do Diploma)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Tenho a honra de conceder a palavra ao Sr. Deputado Rosário Pitelli, para saudar, em nome do Poder Legislativo, o Sr. Professor EGAS DIRCEU MONIZ DE ARAGÃO.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Excelentíssimo Senhor Deputado João Mansur, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor José Hosken de Novaes, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Professor Egas Dirceu Moniz de Aragão, Cidadão Honorário do Paraná; Excelentíssimo Senhor Nereu José Teixeira, representante de Sua Excelência o Sr. Jaime Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba; Excelentíssimo Senhor José Munhoz de Mello, representante de Sua Excelência o Senhor Professor Alcyr Joaquim Ramalho, Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Augusto de Oliveira Carneiro, Primeiro Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Senhor Deputado Lineu Turra, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Senhores Deputados; Demais Autoridades, Meus Senhores, Minhas Senhoras. (Lê):

“Investido na vida pública há mais de vinte anos, tantas vezes vimos horizontes sombrios na política, assim como acreditamos naqueles que lutam pelo espaço democrático, direito inalienável para o homem. Assim, estamos acostumados aos embates políticos, suas implicações, responsabilidades e desafios.

Hoje, no entanto, sentimo-nos pequenos, sentimo-nos pequenos e como o navegante ingênuo na aurora da sua viagem, sem saber ao certo das surpresas que lhe oferece o mar encapelado. Fomos buscar então as inspiradoras palavras do vate português Luiz Vaz de Camões. Sem nunca antever o que escreveria, deu à humanidade a obra-prima universal, os “Lusíadas”. Se ele, o vate lusitano foi buscar na musa a inspiração, muito mais, nós pequenos, nesta viagem, devemos buscar um motivo. Uma inspiração. Para contornar o cabo das Tormentas e outras vicissitudes do mar, o poeta buscou inspiração na musa dizendo:

"Tu Calfope, ensina-me"...

A mesma invocação fazemos hoje. E a musa há de nos inspirar, para que falemos do advogado, do professor, e do homenageado. A nossa mensagem não tem o escopo de chegar ao grande porto de todas as esperanças. Vale nossa intenção, o propósito de saudar, humildemente, o homem do direito. E se neste sentido pudermos dimensionar pelo menos o ideal de alguma esperança estaremos satisfeitos.

Falemos primeiro do pai: Dr. Antônio Moniz de Aragão. Médico. No seu currículo, entre outros títulos, o honroso cargo de Presidente do Conselho da Associação Médica Mundial. Homem do labor. Por certo, no seu conhecimento profundo de medicina, viu tantas vezes a configuração anatômica do filho Egas. Mas a simples anatomia do cargo do ex-jovem oferecia limitações só físicas. Não supusera o médico que um dia o filho fosse possuidor de uma inteligência tal que anatomia alguma poderia delimitar-lhes a grandeza de espírito. E se hoje, diante de nós, afigura-se a anatomia de um corpo mais envelhecido pelos anos, importa o gigante de inteligência que aqui está.

O Advogado também é médico, é uma das colunas da justiça e sua atuação pode curar os males sociais.

O professor, sentinela avançada da educação, também é médico. Com o "bisturi" afiado pela inteligência, penetra nas mentes dos educandos para tirar dela os valores reais da vida, o espírito crítico.

O homenageado hoje, tem dupla cidadania: o advogado e o professor. Mas o objetivo é o mesmo, para que o homem exerça estas duas profissões: o culto da liberdade.

E que dizer, senhores, do homem? Leiamos a sua biografia.

Egas Dirceu Moniz de Aragão, nascido em Promissão (SP) a 14 de setembro de 1929, filho de Antonio Moniz de Aragão e Marília da Costa Moniz de Aragão.

Casado com Izabel Chaves Moniz de Aragão, filha de Gastão Chaves e Irene Franco Chaves. Filhos: Dulce, casada com Cláudio Lacerda; Raquel Egas e Antonio, universitários. Neta: Mariana Moniz de Aragão Lacerda.

Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade do Paraná (1952).

Advogado militante inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Paraná, sob n.º 1.001 — Conselheiro da OAB (1967 e 1976/1977).

Juiz do Tribunal Regional Eleitoral (1967/1968).

Sócio do Instituto dos Advogados do Paraná — 2.º Secretário (1958), Presidente (1964/1965) — Conselheiro (membro nato).

Sócio do Instituto dos Advogados Brasileiros, Membro do Instituto de Direito Comparado Luso-Brasileiro.

Membro do Conselho Consultivo do Banco Bamerindus de Investimentos S/A, desde sua criação 1969.

Professor Assistente de Direito Processual Civil em (1958), Docente livre de Direito Processual Civil (novembro de 1958). Professor Contratado de Direito Civil (1959). Catedrático de Direito Processual Civil (abril de 1960). Diretor da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná e membro do Conselho Universitário (1968/1972). Aposentado (1977). Professor do Curso de Mestrado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná.

LIVROS:

I — A Correção Parcial, tese, Editora Littero-Técnica, Curitiba, 1958;

A Correção Parcial, Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1969.

II — Estudos Sobre Embargos de Nulidade e Infringentes

do Julgado Previsto no Código de Processo Civil, tese, Editora Littero-Técnica, Curitiba, 1959. Embargos de Nulidade e Infringentes do Julgado, Editora Saraiva, São Paulo (1.ª edição, 1965, 2.ª edição, 1974).

III — Estudos Sobre a Reforma Processual, Editora da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1969.

IV — Comentários ao Código de Processo Civil (arts. 154 a 269), II volume da coleção da Editora Forense, Rio de Janeiro (1.ª edição, 1974; 2.ª edição, 1976; 3.ª edição 1979 e 4.ª edição no prelo).

V — Exegese no Código de Processo Civil (arts. 329 a 475), IV volume da Coleção da Editora AIDE, Rio de Janeiro (em fase final de elaboração).

ALGUNS TRABALHOS PUBLICADOS NOS ÚLTIMOS ANOS:
1 — Na REVISTA FORENSE (Rio de Janeiro).

a) Processo de Execução, vol. 246; pág. 51 (1974);

b) Considerações Práticas Sobre o Agravo, vol. 246, pág. 63 (1974);

c) Execução Contra Devedor Insolvente, vol. 246, pág. 68 (1974);

d) Ação — Intervenção de Terceiro no Processo — Assistência Litisconsórcio Oposição — Faixa de Fronteira — (Parecer), vol. 251, pág. 161 (1975);

e) Juros, Honorários e Custas no Processo de Execução de Títulos Extrajudiciais, vol. 254, pág. 23 (1976).

2. Na REVISTA DOS TRIBUNAIS (São Paulo):

a) Tutela dos Direitos no Código Civil Português, vol. 409, pág. 9 (1968);

b) Da Reparação do Dano Causado pelo Crime, vol. 424, pág. 11 (1971);

c) O Julgamento Conforme o Estado do Processo, vol. 502, pág. 11 (1977).

3. Na REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO PROCESSUAL (Uberlândia):

O Estado de Direito e o Direito de Ação (A Extensão do seu Exercício), vol. 16, pág. 69 (1978).

4. Na REVISTA DE DIREITO PÚBLICO (São Paulo):

Restrição Ilegal ao Direito de Voto (Parecer), vol. 22, pág. 112 (1972).

5. Na REVISTA DE PROCESSO (São Paulo):

Participação do Poder Judiciário no Arbitramento de Preço cuja Fixação foi Deixada a Terceiros (Parecer), vol. 13, pág. 177 (1979).

6. Nos "STUDI IN ONORE DI ENRICO TULLIO LIEBMAN" (Dott. Giuffrè Editore — Milão, 1979, Itália); Sobre o Chama-mento à Autoria, vol. II, págs. 1083/1111.

7. No "STATUTO DEL GIUDICE" (II vol. no prelo) (Publicação da Universidade de Perugia e do Conselho Nacional de Pesquisas da Itália): Poder Judiciário e Juízes no Brasil.

8. "DIREITO À PROVA" — relatório nacional ao VII Congresso Internacional de Direito Processual e II Congresso Internacional de Direito Processual Civil (a realizar-se em Wurzburg, Alemanha — 1983).

Em 1981, recebeu a "Medalha Teixeira de Freitas", outorgada pelo Instituto dos Advogados Brasileiros.

Aí está uma síntese de sua biografia. Nelas estão inseridas as palavras que construíram um monumento de exemplo e que há de ocupar um espaço vital na história do Paraná. Mas

uma história que extrapola as fronteiras do próprio Estado, exatamente porque Dr. Egas Moniz de Aragão foi contemplado com a medalha Teixeira de Freitas. Aquele jurisconsulto, construtor de códigos, cuja influência cabal, concreta, o tornou conhecido em toda a América Latina.

.....
Dimensionemos, porém, o advogado, o professor e o homem.

Diante do homenageado este monumento cultural que aí está, somos uma das partes. A nós, apesar da responsabilidade da palavra, não podemos nem mesmo alegar a igualdade das partes, prevista no código de Processo Civil. Sentimo-nos pequenos até no direito inalienável de isonomia, previsto na Lei Maior.

Falemos primeiramente do Advogado.

Dissemos que o advogado é um médico social. Sua honrabilidade é tão antiga como a história das instituições e do direito. Marquês de Baccaria na ontológica obra "Dos Delitos e das Penas", escreveu que o "Destino das grandes verdades é brilhar como um raio, na imensa treva que invade o gênero humano".

No culto da verdade processual, no elemento fático da prova, na Justeza do pedido e fundamentalmente no amor pela justiça, o advogado é uma das colunas da verdade.

O advogado é um cultor do Direito. Pedro Vergara, diz que ele:

"precisa ser um homem de aço, deve dispor de uma tempera em que haja ao mesmo tempo, o vigor de um hercules, a coragem de um herói, a delicadeza de um diplomata, a consciência de um sábio, a paciência de um Santo".

O advogado luta contra as corrupções, contra as violações, dos direitos fundamentais do homem, é um apóstolo da paz e da liberdade.

.....
Falemos do Professor.

No "Curriculum Vitae", o espaço educacional ocupa grande parte da vida do homenageado. As obras que escreveu estariam incompleta se o Dr. Egas Moniz de Aragão não ocupasse a cátedra. A cátedra importa na perspectiva dinâmica para a aquisição de hábitos, imprescindíveis para a formação de cultura. A cátedra é a experiência real numa sala de aula. Lá fora o advogado. Lá ele é o operário da construção social. Aqui na sala de aula, ele é o artífice-mestre, explica, reconstrói, descobre o espírito, desafia inteligências, cultua a teoria do Direito, a justiça como opção única da liberdade interior. Aqui, o eterno aprendiz de uma experiência vivida no contato com aluno, o educando.

Eterno aprendiz é o professor.

E João Guimarães, na obra "Grandes Sertões e Veredas" diz que:

"Mestre... é aquele que de repente, aprende..."

.....
E o homem?

Educar, diz o poeta "Píndaro", é:

"Tornar o homem naquilo que ele realmente é..."

Quis o poeta dizer que o homem nasceu para o bem. Esta categoria de valor vai torná-lo diferente dos animais. No bem está a moral, a justiça, a liberdade.

Como está aqui, diante de nós, o advogado, o professor e o homem, entendemos que o seu exemplo nos compete a falar sobre um bem fundamental, inerente à própria natureza do homem: a liberdade.

Não se pode conceber um advogado que não seja apóstolo da liberdade. E aqui, nesta assembléia, está o exemplo.

Não se pode conceber o professor que não seja primeiro, um discípulo fiel da liberdade. Só se educa, preparando o homem para ser livre. E aqui está o exemplo.

Portanto, senhores e senhoras, acima de tudo, aqui nesta

assembléia, está o HOMEM.

E os senhores ouviram a folha de serviços prestados pelo Dr. Egas Moniz de Aragão ao Direito, à Universidade, à literatura jurídica do país.

Por certo, em suas inquietações, pois todo o intelectual é insatisfeito, o Dr. Egas deve ter indagado da condição humana.

A condição humana na história e nas instituições, nos ensina que o homem tem sido como que um pêndulo, oscilando entre dois extremos: liberdade e opressão. Ser liberto ou ser escravo.

O advogado, mestre e o homem do Direito sabe e já ensinou que a justiça odeia a opressão. A justiça ama a Liberdade.

E a liberdade não é um presente outorgado. Não é uma dádiva. Não é concessão que alguém faz a alguém. A liberdade é a PESSOA HUMANA, é um processo interior. Ser livre é marchar de dentro para fora.

.....
Vivemos, senhoras e senhores, em um mundo de crise. O mundo fabrica um milhão de dólares em armas por minuto.

Semana passada, comemorou-se o Dia Mundial do Alimento e 350.000.000 de pessoas levantaram-se pela manhã, com fome.

A paixão ideológica comprometida vem matando inocentes na Palestina...

As regiões gélidas das Malvinas sepulta a simples memória dos mortos, sem indagar sobre o valor da vida...

As instituições estão fracas, pusilânimes...

Os valores éticos estão totalmente solapados...

Neste contexto, faltam homens, atalaia da justiça. Faltam defensores, advogados da paz. Faltam professores que façam cátedra um altar sacrossanto da liberdade.

Existe uma resposta, a justiça. Para ela, há necessidade de homens como Dr. Egas Moniz de Aragão, uma das glórias da cultura jurídica do Paraná."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Com muita satisfação, concedo a palavra ao Sr. Professor Egas Dirceu Muniz de Aragão, nosso ilustre Cidadão Paranaense.

O SR. ÉGAS MONIZ DE ARAGÃO — Excelentíssimo Sr.

João Mansur, Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Professor José Hosken de Novaes, Governador do Estado do Paraná; Excelentíssimo Sr. Desembargador Alceu Conceição Machado, Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, que neste momento representa o Excelentíssimo Desembargador Heliantho Guimarães Camargo, seu Presidente; Excelentíssimo Sr. Professor José Munhoz de Mello, que neste ato representa o Excelentíssimo Sr. Professor Alcir Ramalho, Reitor Magnífico da Universidade Federal do Paraná; Excelentíssimo Sr. Deputado Augusto de Oliveira Carneiro, Digníssimo Sr. 1.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, Excelentíssimo Sr. Deputado Lineu Turra, Digníssimo 2.º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Srs. Deputados; Digníssimas autoridades, minhas senhoras; meus senhores. (Lê):

"Ao desembarcar em Curitiba, quando raiava o ano letivo de 1947, para concluir o curso secundário e submeter-me aos exames de ingresso na Faculdade de Direito da então recém restaurada Universidade do Paraná, não poderia imaginar que chegara para ficar, materializando a figura jurídica do domicílio: estabelecer residência com ânimo definitivo.

Vínculos muito fortes prendem-me ao Paraná, Aqui nasceu minha mãe, descendente de conhecidos troncos, que nesta e na cidade de Paranaguá produziram inúmeros ramos. Paranaense é minha esposa, cuja família tem representantes neste e no planalto guarapuavano. Em Curitiba nasceram-me os filhos, que aqui se criaram, estudam e, pelo casamento da mais

velha deles, começam a unir-se a outros paranaenses e assim, ao me encantarem com a alegria de uma neta, proporcionam ao Estado mais uma cidadã.

Paranaense agora, a honraria outorgada por esta augusta Assembléia, sancionada por um amigo prezado, o grande cidadão que é Ney Braga, chancela aquilo que o tempo consolidara e só faz aumentar.

Aqui iniciei minha carreira profissional de advogado, na então distante e áspera região do Norte do Estado, caldeirão onde se misturaram pessoas de outras plagas e nacionalidades, que com pertinácia marcante e notável atividade ao mesmo tempo que ajudavam a construir a grandeza do Estado, contribuíam para o enriquecimento da Nação. No seu convívio aprendi a amar a terra e admirar os que a fecundam com o seu trabalho e a fazem produzir. Não me passa despercebida a singular coincidência de um representante desse rincão ter sido padrinho da lei que me galardoia com a cidadania e outro, dos mais ilustres, a quem me ligam laços de amizade e admiração, arcar com a responsabilidade de chefiar o Governo do Paraná.

Outra vez em Curitiba, atraiu-me a Universidade que me formara bacharel. Subi de novo sua escadaria, não mais a do tempo de estudante, pois a velha casa fora reformada conquanto fosse bela a simplicidade de sua concepção arquitetônica anterior. Em novembro de 1958, em exame para docente-livre, e em abril de 1960, em concurso para professor catedrático, vinculei-me a ela indissolivelmente. Procurei dignificá-la pela atuação séria e devotada; nos certames a que compareci e a representei e nos escritos que produzi e a divulguei, fiz quanto pude para não a deslustrar. Chamado a dirigir sua Faculdade de Direito, empenhei-me com força e calor jamais empregados nos interesses pessoais. Infelizmente dela afastei-me, apenas como funcionário, por não concordar com a reforma que lhe foi arbitrariamente imposta, na qual não enxerguei proveito algum. Ocupou meu lugar amigo dileto, que estava à altura de levar avante os trabalhos da disciplina com tal arte que nenhuma falta lhe fiz.

Três decênios de atividade ensinaram-me a amar a profissão que abracei e a respeitar os que, na Magistratura, no Ministério Público, no Notariado, na Advocacia, exercem o ministério do Direito. Sedutora, fascinante, é a experiência do foro, nessa escola permanente entre cujas aulas mais importantes estão as da lealdade e tolerância, reduzidas a duas frases por um jurisconsulto literato: "se leal para com o adversário, ainda quando ele seja desleal para contigo"; "tolera a verdade alheia na mesma medida em que desejas ver tolerada a tua". O cotidiano forense teria muito a proporcionar aos que, na Política, fazem-se defensores da causa da Nação.

Na banca de advocacia fui selecionado pelo Rotary Club para em seu seio representar a minha classe profissional. Também na banca fui convidado a colaborar nesse gigantesco empreendimento paranaense que é o Bamerindus, cujo criador distinguiu-me com sua confiança e amizade.

Dos advogados paranaenses recebi muito mais do que mereci. Admitiram-me em nosso Instituto e dele fizeram-me presidente; depois conselheiro de nossa Ordem. A condescendência de outros ilustres colegas tornou-me integrante do Instituto dos Advogados Brasileiros (Casa tradicionalíssima, fundada nos idos de 1843) e concedeu-me láurea inigualável, aspirada por juristas de alto coturno - a Medalha Teixeira de Freitas, aqui referida com tanta generosidade. O acontecimento demonstrou que minhas raízes neste Estado haviam-me convertido definitivamente em paranaense, tais as manifestações de carinho de que fui cercado, seja pelo confortante comparecimento à singela cerimônia de elevadas autoridades, das mais representativas do Estado, seja pelo afetuoso registro que o fato mereceu nos variados setores de sua vida.

Dentre todos sobressai o gesto fidalgo da cidadania cujo título agora recebo, conquanto no coração dos paranaenses

de há muito haja percebido ter-me tornado um deles, o que me envaidece sobremaneira.

Especial é estado de cidadão, do qual deflui a cidadania, que remonta à mais distante antiguidade e de vários ângulos pode ser observada ao longo da história. Membro da cidade, significou apanágio dos integrantes de alguma de suas famílias. Causa de privilégios, revelou superioridade em face dos não-cidadãos. Mais tarde contraposto à autoridade arbitrária, atingiu a plenitude na Revolução Francesa, da qual emergiu a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão romano, fonte de prerrogativas, chegou-se à idéia altruísta de todo homem ser cidadão, como tal tratado e respeitado. Vencidas diferenças que por muitos séculos marcaram seres humanos, agrupando-os em livres e não-livres, aqueles cidadãos, estes não, passou-se a considerá-los a todos como dignos da mesma consideração. Cidadania é igualdade, é liberdade. Daí a falar-se em cidadão do mundo, para quem o importante é a causa da Humanidade, curto seria o caminho a percorrer.

Países como o Brasil, formados à custa do trabalho de pessoas providas de todos os quadrantes, representantes de todos os povos e raças, não poderiam ter da cidadania concepção diversa. Aqui se mesclaram em convivência fraterna homens de múltiplas origens, todos cidadãos. No Paraná, como em outros Estados, essa é a marca registrada da sua gente; denota o sentido universal do cidadão, pois nenhum o é por pertencer a classe dominante.

O título de cidadania nesta solenidade conferido é precisamente a confirmação da preeminência do conceito de homem sobre o de cidadão, tal como sugere a epígrafe da declaração de 1789. A cidadania de que aqui se fala não é carta de direitos e regalias, como a que diferenciava os romanos, fazendo-os superiores, mas atributo do Homem; incompatível com a sensação de egoísmo que por longos anos tisonou o conceito. Sua outorga revela grandeza em que a concede, exprime a aceitação de todo homem como cidadão, na medida em que a comunhão de propósitos o anime a trabalhar para o bem da cidade que o acolheu.

É muito, portanto, o que tenho a agradecer aos paranaenses, que através de seus representantes nesta Casa, em particular o nobre Deputado Rosário Pitelli, fizeram-me seu cidadão, o que digo não para cumprir dever de cortesia pela honra recebida, mas para revelar o estado d'alma, pois é difícil resgatar dívidas como a desta homenagem.

Agradecimento muito especial também formulo às ilustres autoridades presentes, que enobrecem o ato, aos senhores deputados, a todos que me são caros, meus pais, minha esposa, meus filhos e genro, meus parentes, meus amigos, que comigo compartilham da emoção desta alegria.

Muito, muito obrigado."

(Aplausos, após o pronunciamento do homenageado).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Solicito da Comissão anteriormente designada, que acompanhe Sua Excelência o Dr. José Hosken de Novaes, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, durante sua permanência no Palácio 19 de Dezembro, bem como o ilustre homenageado, Cidadão do Paraná, ao Salão Nobre desta Casa onde receberá os cumprimentos.

Antes do encerramento da presente sessão, desejo consignar os agradecimentos da Assembléia Legislativa às ilustres autoridades civis, militares e eclesiásticas, e demais pessoas presentes, pelo honroso prestigiamto que concederam a esta solenidade que declaro encerrada, após a execução do Hino do Paraná, pela banda de música da Polícia Militar do Estado do Paraná.

**(É executado o Hino do Paraná pela referida banda).
(Palmas).**